



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM

Ata da reunião ordinária realizada em 16 de março de 2017

1 Em 16 de março de 2017, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração
2 do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e
6 Desenvolvimento Sustentável, e a presidente suplente Maria de Fátima Chagas
7 Dias Coelho, diretora-geral do IGAM; Fernanda Roveda Lacerda, superintendente
8 de Planejamento, Orçamento e Finanças/SEMAD; Danilo Cezar Torres Chaves,
9 diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos
10 Hídricos; Márley Caetano de Mendonça, diretor de Planejamento e Regulação;
11 Nathália Milagre Hazan, assessora de Planejamento; Michael Jacks de Assunção,
12 representante dos servidores; Alice Lorentz de Faria Godinho, representante de
13 entidades civis ambientalistas. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**
14 **NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente
15 Jairo José Isaac declarou aberta a reunião do Conselho de Administração do IGAM
16 manifestando sua satisfação em participar deste Colegiado, destacando os
17 esforços realizados para a atuação integrada do Sistema Estadual de Meio
18 Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) e comentou sobre a expectativa de
19 efetivação de uma nova estrutura para o órgão gestor das águas no sentido
20 visando garantir maior eficiência em suas ações. Em seguida, passou a condução
21 dos trabalhos para a presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho. **3)**
22 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. **4) EXAME E**
23 **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.** Aprovada por unanimidade a
24 ata da reunião ordinária do Conselho de Administração do IGAM realizada em 23
25 de abril de 2016. **5) APRESENTAÇÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO IGAM**
26 **EM 2016. Apresentação: Superintendência de Administração e Finanças da**
27 **SEMAD.** O Conselho de Administração do IGAM aprovou por unanimidade a
28 prestação de contas do órgão referente ao exercício de 2016, nos termos
29 apresentados. A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho registrou
30 abstenção de voto em função de ocupar o cargo de diretora-geral do IGAM. O
31 conselheiro Márley Caetano de Mendonça também se absteve de votar por ocupar
32 atualmente cargo de diretor do órgão. **Apresentação e debates.** Antes de ser
33 colocado em votação, o assunto foi apresentado e debatido nesta sessão. Segue
34 síntese das manifestações. A superintendente de Administração e
35 Finanças/SEMAD, Fernanda Roveda Lacerda Costa, fez apresentação da
36 prestação de contas do Instituto Mineiro de Gestão das Águas referente ao
37 exercício de 2016, destacando os recursos recebidos da ordem de R\$ 16 milhões

38 entre recursos de outorga, acordos com a União, Progestão, receitas de multas,
39 convênios com a Agência Nacional de Águas, restituições, remunerações
40 bancárias, alienação, serviços de estudos e pesquisas e receitas da dívida ativa
41 não tributária. “A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos é
42 arrecadada pelo Estado e transferida para o IGAM, e foi em torno de R\$ 3,5
43 milhões. Na representação desses recursos, nós percebemos que a outorga tem a
44 maior representatividade, com 65% do total, seguida pela compensação financeira
45 pela utilização de recursos hídricos, de 21% do orçamento do IGAM, sendo 5% da
46 arrecadação dos recursos recebidos da União e a cobrança pelo uso da água da
47 ordem de R\$ 38 milhões. Nós percebemos que a cobrança pelo uso da água e a
48 compensação financeira pela utilização de recursos hídricos representam mais de
49 80% dos recursos do IGAM.” Foi destacada a evolução da receita ao longo dos
50 anos desde 2014, com “aumento em 2015 pela outorga e em 2016 pela entrada de
51 recursos externos, como convênios com a ANA”. “No geral, houve incremento de
52 13% na receita.” A superintendente destacou o recurso da cobrança de R\$ 30
53 milhões em 2014, R\$ 32 milhões em 2015 e R\$ 38 milhões em 2016, “com aumento
54 de quase 20% de 2015 para 2016”. Em relação às despesas, detalhou os grupos
55 específicos como de pessoal, havendo variação de 2% entre 2014 e 2016 da ordem
56 de R\$ 10 milhões; despesas correntes da ordem de R\$ 4 milhões, havendo queda
57 de 22%; e queda de 73% na aplicação dos recursos com investimento. “Ao todo o
58 IGAM teve uma queda de quase 7% na aplicação dos seus recursos”. “Com o
59 repasse do recurso pelo uso da água, veio a despesa de R\$ 21,8 milhões e houve
60 acerto, em função do que não foi repassado em 2015, de R\$ 42 milhões. E em
61 2016 foram apropriados R\$ 18 milhões, apesar de terem sido arrecadados R\$ 38
62 milhões, porque R\$ 20 milhões não foram apropriados.” Foram apresentadas ainda
63 as despesas por grupo de atividades”. “Direção superior, atividades que apoiam o
64 Gabinete: foram orçados R\$ 40 mil e gastos R\$ 19 mil, e a taxa de execução foi de
65 quase 50%; planejamento, gestão e finanças, que é a manutenção do IGAM, como
66 custeio de pagamento de estagiários, impostos, apoio administrativo, contrato com
67 a MGS: abriu orçamento com R\$ 2,2 milhões, e foi necessário realizar
68 remanejamento aumentando o crédito para R\$ 2,4 milhões. De despesa realizada
69 efetivamente paga foram R\$ 2,3 milhões, e a taxa de execução de quase 95%.
70 Remuneração de pessoal: quase 100% de sua execução da ordem de R\$ 10,4
71 milhões, e foi necessário também uma suplementação, finalizando em R\$ 10,4
72 milhões. Recebemos recursos de emenda, mas, devido ao montante, não possível
73 aplicar o valor, de R\$ 10 mil. Monitoramento biológico se refere a despesas de
74 observador e a despesas de hidrometrias em campo, para fazer monitoramento da
75 água: R\$ 150 mil; gestão da informação de recursos hídricos: foram planejados R\$
76 505 mil, e não houve execução; Programa Nacional de Desenvolvimento de
77 Recursos hídricos (Proágua): foram orçados R\$ 2 milhões, e a execução foi
78 pequena, representado 0%; pesquisas, projetos e programas da gestão de
79 recursos hídricos: foram orçados R\$ 352 mil, com suplementação de R\$ 1.048.000,
80 em função do convênio da ANA, mas a licitação do Plano Diretor do Paraopeba

81 está em andamento, e esse recurso não foi executado ainda, o que deixou a
82 execução abaixo de 2%. Gerenciamento executivo para implantação dos
83 programas do Plano Estadual de Recursos Hídricos: houve previsão de R\$ 600 mil,
84 e foi necessário remanejamento, aumentando em outras ações e diminuindo em
85 outras, como essa que passou para R\$ 305 mil. Porém, a execução foi de 0%.
86 Pacto Nacional pela Gestão das Águas, com suplementação, ficando em R\$ 780
87 mil, e execução de R\$ 64 mil. Para o Qualiágua, nós abrimos a janela orçamentária,
88 porém não conseguimos contabilizar esse recurso. Apesar de o recurso ter sido
89 depositado em 2016, não conseguimos cadastrá-lo no Siafi dentro do exercício.
90 Então esse recurso vai aparecer na prestação de contas de 2017. Plano de
91 segurança hídrica: foram planejados R\$ 2 milhões, houve redução do orçamento
92 para R\$ 1,6 milhão, e não houve execução. Gestão participativa de apoio ao
93 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas: R\$
94 540 mil, com execução de R\$ 245 mil. Sentenças judiciais e precatórios tiveram
95 execução de R\$ 8.500. No total de R\$ 21 milhões de créditos abertos, iniciados na
96 LOA, nós fechamos com R\$ 22 milhões em função das suplementações dos
97 recursos recebidos, porém executamos R\$ 14 milhões. Dando 61% de taxa de
98 execução. É importante destacar que a administração pública vem sofrendo com
99 restrições orçamentárias e financeiras ao longo do ano, então isso dificulta, de fato,
100 a execução pelos órgãos. Teve o repasse da cobrança pelo uso de recursos
101 hídricos, abrimos crédito de R\$ 46,5 milhões, e a execução foi de R\$ 18 milhões;
102 a taxa foi de 39%. Agora nós trazemos as despesas por elementos de despesas:
103 despesas de pessoal e encargos sociais correspondem a R\$ 10 milhões, 76% das
104 despesas do IGAM; apoio administrativo da MGS, quase R\$ 800 mil, sendo 5%;
105 diárias e adiantamentos a servidores: R\$ 747 mil, 5,33%; observadores: R\$ 522
106 mil; obrigações tributárias, R\$ 514 mil; manutenção e abastecimento de veículos
107 da frota do IGAM e pagamento de seguro, R\$ 181 mil; Imprensa Oficial, R\$ 178
108 mil; estagiários, R\$ 178 mil; indenizações e despesas do exercício anterior, da
109 ordem de R\$ 99 mil; equipamentos de informática, R\$ 63 mil; telefonia e internet,
110 R\$ 31 mil; material de reparos de hidrométrica, R\$ 28 mil; sentenças judiciais e
111 precatórios, R\$ 8.500; outras despesas diversas, R\$ 3.000. E a cobrança teve R\$
112 18 milhões. Nós percebemos que a maior parte dos recursos do IGAM é investido
113 com a folha de pessoal. Aí chegamos à apuração do saldo orçamentário. O IGAM,
114 entre receita própria, que é o seu esforço de arrecadação, e os recursos que
115 recebe, que no caso são compensação financeira pela utilização de recursos
116 hídricos, convênios e parcerias com a União, totalizou R\$ 16.196.442 e teve de
117 despesas realizadas de R\$ 14 milhões. E o IGAM encerra o exercício com superávit
118 orçamentário de R\$ 2.183.866.” Após a exposição, foram esclarecidos pontos
119 solicitados pelos conselheiros. O conselheiro Michael Jacks de Assunção fez o
120 seguinte destaque sobre a compensação financeira do recurso de 50%
121 provenientes do Fhidro para o Estado: “Como o IGAM é órgão gestor de recursos
122 hídricos do Estado, eu acho que o percentual destinado ao órgão deveria ser
123 considerado. Embora tenha o superávit apresentado, o nosso problema de

124 execução de recurso é mais burocrático.” Questionou ainda a evolução da
125 arrecadação própria do IGAM, em que consta recurso da ANA.” A superintendente
126 Fernanda Roveda Lacerda informou que será necessário fazer retificação em
127 relação à indicação dos recursos provenientes de convênio com a Agência
128 Nacional de Águas, “pois esses recursos não podem ser considerados esforço
129 próprio de arrecadação”. A conselheira Alice Lorentz de Faria Godinho questionou
130 se, com os recursos arrecadados, o IGAM tem condições de cumprir todas as suas
131 obrigações relacionadas ao meio ambiente e Comitês de Bacias, dentre outras
132 funções. A superintendente Fernanda Roveda Lacerda comentou que, embora
133 haja superávit, existem dificuldades para se executar os recursos. “Tudo que for
134 recurso de investimento é preciso de autorização da Câmara de Orçamento e
135 Finanças.” Conselheira Alice Lorentz de Faria Godinho: “Na última reunião, eu
136 pontuei exatamente a burocracia que existe dentro do sistema, e, mais do que
137 qualquer outra coisa, o que nós deveríamos estar fazendo aqui era brigando para
138 mudar essa burocracia e tornar o IGAM mais eficiente.” Presidente suplente Maria
139 de Fátima Chagas Dias Coelho: “Quando fica explícita essa execução de apenas
140 63%, ela esbarra nessas questões burocráticas e da falta de autonomia, mesmo
141 sendo uma autarquia. E não é uma coisa destinada ao IGAM, toda a máquina do
142 Estado funciona desse jeito, subordinada à Câmara de Orçamento e Finanças. Ou
143 seja, ter orçamento não quer dizer que vai ter o financeiro. Além das dificuldades
144 de tramitação de processos licitatórios. O modelo do CSC (Centro de Serviços
145 Compartilhados) está sendo repensando pelo IGAM, no sentido de melhorar e dar
146 mais agilidade aos processos. A execução poderia ser muito melhor se não
147 tivessem todas essas limitações. Tanto que houve o nosso pleito e todo o
148 envolvimento da equipe do IGAM no sentido de dar andamento às ações. Com
149 certeza, nós executamos muito com o trabalho interno das equipes, as pessoas se
150 desdobram para dar cabo, às vezes mesmo sem os recursos financeiros, mas
151 poderíamos ser mais ágeis e ter mais objetividade no que estamos buscando, que
152 é a gestão integrada dos recursos hídricos e a implementação do Sistema de
153 Gestão de Recursos Hídricos.” A conselheira Alice Lorentz de Faria Godinho
154 cumprimentou e parabenizou os funcionários do IGAM, “que, a despeito de todas
155 as dificuldades, não nos deixam perder a esperança”. “Mas isso não ameniza a
156 angústia que sentimos com esse excesso de burocracia.” Nesse sentido, a
157 conselheiro propôs que fosse feita “uma brigada dos vários setores, IGAM, IEF e
158 FEAM, para trabalhar para acabar com esse excesso de burocracia”. A conselheira
159 fez ainda apelo para maior presença do secretário Jairo José Isaac nas reuniões.
160 O presidente Jairo José Isaac reconheceu as dificuldades impostas pela burocracia
161 e o engessamento do sistema e considerou necessária uma reforma administrativa
162 ampla, “que teria que partir da União, para os Estados e municípios seguirem”.
163 “Mas em toda a administração pública na área financeira, eu posso dar o
164 depoimento: se houve evolução, é muito pouca coisa. E o gestor financeiro é
165 engessado, ele pode ter vontade de ser ágil na liberação de recursos, mas quem
166 trabalha na área financeira sabe como é difícil acionar a máquina administrativa

167 para que as coisas aconteçam.” O presidente defendeu que “quem ocupa os
168 cargos precisa lutar para mudar essa situação, pela agilidade e realização”. “Eu
169 estou aqui há exatamente dez meses e tenho lutado muito para fazer algumas
170 coisas que eu acho fundamentais nesta Secretaria, principalmente com relação ao
171 trabalho na ponta, onde temos que mostrar mais eficácia, onde estão localizados
172 os grandes problemas do Estado, exatamente no interior. Esperamos que nesses
173 20 meses que faltam para terminar o governo nós consigamos alguma coisa. E a
174 parte com relação aos Conselhos, que são fundamentais. Eu tenho à frente no
175 Sistema pessoas que eu conheço. Podem nos cobrar o que podemos fazer para
176 agilizar. Temos que estar cada vez mais integrando e continuar lutando para maior
177 eficácia financeira.” O conselheiro Márley Caetano de Mendonça também se
178 manifestou sobre as dificuldades burocráticas e comentou sobre a expectativa em
179 relação à nova organização administrativa do IGAM. “Apesar de todas as questões
180 autorizativas que temos que vencer, na hora em que chega ao ponto de colocar a
181 licitação na rua, temos mais uma instância burocrática que muitas vezes muda de
182 opinião. Mas nós vemos que tem uma luz no final do túnel, no próximo item da
183 pauta. Não vamos acabar com a burocracia, mas ela será muito reduzida, e o IGAM
184 vai recuperar boa parte da autonomia perdida, e vamos poder trabalhar melhor.” **6)**
185 **NOVA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO IGAM. Apresentação: IGAM.**
186 Márley Caetano de Mendonça fez exposição sobre a reestruturação do IGAM a
187 partir da regulamentação da Lei 21.972/2016. Seguem uma síntese da exposição
188 e os debates. “Está em curso o processo de reestruturação para adequar à lei, com
189 a premissa de resgate institucional da autarquia na função de unidade gestora de
190 recursos hídricos no Estado. Nós vemos, do ponto de vista institucional, o
191 fortalecimento do IGAM com a publicação da lei, não somente do ponto de vista
192 técnico como o retorno da outorga, mas a institucionalização em lei de um trabalho
193 que o IGAM já fazia, mas que não estava previsto institucionalmente, que é a
194 previsão do tempo e clima. Outra questão que destacamos é a institucionalização
195 do poder regulatório do IGAM, com previsão expressa em lei. E outro item
196 importante é a fiscalização das barragens. Isso não estava no projeto de lei original
197 encaminhado pelo Executivo à Assembleia Legislativa e foi incluído por emenda
198 parlamentar. A política nacional de segurança de barragem de água indicava que
199 tal função caberia aos órgãos gestores de recursos hídricos. Só vale para o nível
200 federal. Mas era um indicativo na lei federal que foi corroborado pela nova lei
201 estadual. Então nós criamos um grupo de trabalho para discutir e apresentar uma
202 proposta de política estadual de segurança de barragens.” A presidente suplente
203 Maria de Fátima Chagas Dias Coelho ressaltou que barragens de rejeitos e de
204 resíduos não estão incluídas e que o texto se refere a barragens de acumulação
205 de água, com exceção das usinas hidrelétricas. Márley Caetano de Mendonça
206 destacou a criação da Diretoria de Administração e Finanças, “que poderá realizar
207 licitações do órgão, e da Diretoria de Operação e Eventos Críticos, além da
208 manutenção da Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de
209 Gerenciamento de Recursos Hídricos e a ampliação de suas atribuições. “E haverá

210 a transformação da antiga Diretoria de Pesquisa e Monitoramento em Diretoria de
211 Planejamento e Regulação, com o objetivo de trabalhar os instrumentos da política
212 de recursos hídricos. Serão quatro novas diretorias: Diretoria de Gestão e Apoio
213 ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recurso hídricos, Diretoria de
214 Planejamento e Regulação, Diretoria de Operações e Eventos Críticos e Diretoria
215 de Administração e Finanças.” Foi apresentado também o que é previsto para o
216 Conselho de Administração do IGAM com a nova legislação. “Existe aqui uma
217 alteração em relação ao Conselho vigente. Há previsão de que ele seja presidido
218 pelo secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, haja presença
219 também dos secretários de Planejamento e Gestão, de Agricultura, Pecuária e
220 Abastecimento, de Desenvolvimento Econômico, de Fazenda, de Cidades e
221 Integração Regional, de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e
222 Ensino Superior. Saindo da área pública, há também a previsão de um
223 representante da comunidade acadêmica com sede no Estado, dois
224 representantes de entidades de classes de profissionais liberais ligados à proteção
225 do meio ambiente e recursos hídricos, um representante dos servidores do IGAM,
226 um representante de entidades civis ambientalistas constituídas no Estado e que
227 comprovem participação em órgão colegiado de recursos hídricos e um
228 representante de entidades estaduais representativas de setores econômicos.” A
229 presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho esclareceu pontos
230 destacados pelos conselheiros e informou que estão sendo discutidos aspectos
231 relacionados a número de servidores e perfil de equipes para adequação às
232 demandas, inclusive a respeito das outorgas. A conselheira Alice Lorentz de Faria
233 Godinho manifestou preocupação com a possibilidade de prefeituras trabalharem
234 com outorgas dada a situação de carência de recursos e estrutura. A presidente
235 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho esclareceu que isso não seria
236 possível porque “estaria ferindo a Constituição”. “Segundo a Constituição Federal,
237 a água no Brasil tem dois domínios: estadual e da União. Portanto, não é possível
238 delegar para o município a competência de outorgar. O licenciamento já pode, é
239 previsto legalmente pelas normas do Conama e pela própria Constituição, quando
240 fala que a questão ambiental é afeta à União, aos Estados e municípios. Já a
241 competência de legislar sobre água e atuar já foi dos municípios na Constituição
242 de 1946, e depois, na Constituição de 88, esse poder do município foi retirado.”
243 Conselheira Alice Lorentz de Faria Godinho: “Não é o momento agora, mas é
244 preciso que a gente discuta profundamente essa questão de licenciamento
245 ambiental feito pelas prefeituras, dadas as baixíssimas condições de as prefeituras
246 atuarem. É preciso levar com muita seriedade e discutir antes que o leite derrame.”
247 A presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho esclareceu que, para
248 haver delegação ao município, é necessário que sejam apresentados os requisitos
249 exigidos, como Codema, equipe técnica, estrutura. Além disso, ressaltou que há
250 limite de classes de empreendimentos que podem ser licenciados pelos
251 municípios. Márley Caetano de Mendonça: “A lei complementa que o município tem
252 que manifestar o interesse. Não vai haver nenhum tipo de imposição para os

253 municípios, e cada um terá a liberdade de querer ou não.” **7) PLANEJAMENTO E**
254 **PROJETOS DO IGAM PARA 2017.** A superintendente de Administração e
255 Finanças/SEMAD, Fernanda Roveda Lacerda Costa, fez apresentação do
256 planejamento do IGAM e de projetos propostos para utilização de recursos em
257 2017. Seguem síntese da exposição e debates. “Direção superior: ação de apoio
258 ao Gabinete; uma meta física de ação de gestão institucional superior realizada.
259 Planejamento, orçamento e finanças: ação de apoio à gestão institucional
260 realizada, que é toda a manutenção do IGAM. Remuneração de pessoal ativo e
261 encargos sociais. Cotamos como servidores do IGAM o total de 120. Elaboração e
262 acompanhamento dos planos diretores de recursos hídricos e enquadramento dos
263 corpos d’água: temos como produto plano diretor e enquadramento dos corpos
264 d’água. Monitoramento integrado das águas subterrâneas: uma ação apoiada.
265 Ação de proteção ambiental, APA Várzea das Flores. Nascentes protegidas e
266 recuperadas: dez. Monitoramento hidrológico: 161 municípios atendidos com
267 monitoramento de vazão. Gestão da informação em recursos hídricos: banco de
268 dados atualizado. Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos
269 (Proágua): sistema de abastecimento implantado. Pesquisa, projetos e programas
270 da gestão de recursos jurídicos: procedimentos de regulação de recursos hídricos.
271 Gerenciamento executivo para implantação dos programas do Plano Estadual de
272 Recursos Hídricos (PERH), relatório da situação da unidade de gerenciamento do
273 PERH. Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão): 27 ações apoiadas.
274 Programa de Estímulo a Divulgação de Dados de Qualidade das Águas
275 (Qualiágua): estações com medição de qualidade de água e vazão monitoradas:
276 94. Repasse da cobrança: 16 transferências financeiras. Plano de segurança
277 hídrica para o Estado de Minas Gerais, ações estratégicas de segurança hídrica
278 implantada: sete. Gestão participativa, apoio ao Conselho Estadual de Recursos
279 Hídricos (CERH), a Comitês de Bacias Hidrográficas e entidades equiparadas a
280 agências de bacias: 43 entes do Sistemas Estadual de Gerenciamento de
281 Recursos Hídricos apoiados. Precatórios e sentenças judiciais: previsão de sete
282 pagamentos de precatórios ou requisições de pequeno valor. O IGAM pretende,
283 com os recursos financeiros, entregar para a sociedade todos esses produtos. Para
284 o IGAM entregar esses produtos, nós fizemos, na proposta orçamentária para a Lei
285 Orçamentária Anual (LOA), um crédito autorizado de R\$ 5.019.750, distribuídos
286 nessas ações de remuneração de pessoal, precatório, direção superior,
287 planejamento, orçamento e finanças, elaboração e acompanhamento dos planos
288 diretores etc. Foi planejado esse valor, e tem autorizado para gastar R\$ 3.186.000.”
289 A presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho fez o detalhamento
290 das ações desenvolvidas pelo IGAM. “No que diz respeito aos Comitês de Bacias,
291 nos órgãos colegiados do Sistema, participação nos Comitês, CERH e Conselho
292 Nacional e seus órgãos colegiados, câmaras técnicas etc., destacou as seguintes
293 ações planejadas e em desenvolvimento neste ano de 2017: - Preparação das
294 eleições das diretorias dos Comitês de Bacias; - Adequação dos Regimentos
295 Internos dos Comitês; - Reformulação do Portal do Comitês; - Estruturação física e

296 operacional dos Comitês que não possuem cobrança; - Agências equiparadas: está
297 vencendo o prazo dos contratos vigentes do Comitês do Velhas, Araguari e da
298 parte mineira do Comitê do Rio Paraíba do Sul, devendo ser feitos novos contratos
299 de gestão para as agências; - Regulamentação dos contratos de gestão; -
300 Implementação da cobrança no Comitê da Bacia do Rio Pará; - Licitação dos
301 planos diretores das bacias dos rios Mucuri e Paraopeba; - Revisão da deliberação
302 normativa conjunta COPAM/CERH sobre classificação e enquadramento dos
303 corpos d'água; - Extensão da operação do programa Qualiágua; - Lançamento
304 anual do mapa de qualidade das águas, relatórios trimestrais da situação no
305 Estado, monitoramento especial na lagoa da Pampulha, boletins para Portal dos
306 Comitês, acompanhamento no rio das Velhas e na lagoa da Pampulha da questão
307 de cianobactérias e emissão de relatórios sistemáticos para o Comitê do Velhas;
308 biomonitoramento de bentos em 38 estações da bacia do rio das Velhas e repasse
309 dos resultados mensais ao Comitê; monitoramento especial do rio Doce; -
310 Participação na Câmara Técnica de Qualidade e participação no Comitê
311 Interfederativo; - Previsão do tempo em Minas Gerais, agora incluída na lei como
312 atribuição do IGAM, com análise por satélite, plataformas de coletas de dados
313 (estações telemétricas) e uso da informação de radar e articulação com a Defesa
314 Civil. Serão implantadas em 2017 dez novas estações telemétricas, com recurso
315 de emenda parlamentar. - Participação na estratégia de segurança hídrica do
316 Estado, com reestruturação institucional, ações de capacitação, projetos e estudos
317 de tecnologia, avanço no programa de previsão de vazões, atuação no programa
318 de inundações junto aos municípios; programa de disponibilidade hídrica, com
319 conservação de solo e água, demanda de água rural, proteção de mananciais e de
320 áreas de recarga; programa de qualidade voltado para redução da carga de esgoto,
321 poluição difusa, medidas emergenciais e melhoria da qualidade da água; -
322 Programa de segurança de obras hidráulicas. A diretora-geral do IGAM comentou
323 ainda sobre o Cultivando Água Boa, programa coordenado pelo órgão no âmbito
324 do Estado. "Foi orientado para o IGAM no sentido de ter os Comitês de Bacias
325 como protagonistas. Foram selecionadas as bacias do Velhas e do médio e baixo
326 Jequitinhonha para iniciar." Destacou também a regulação do uso da água,
327 incluindo outorgas e declaração de área de conflitos, o resgate das atribuições de
328 outorgar e o desenvolvimento e implantação do cadastro de uso insignificante on-
329 line e modernização do sistema de informações de recursos hídricos. "São esses
330 os principais desafios de 2017. Para fazermos isso, precisamos ter a recomposição
331 das equipes para o cumprimento adequado das atribuições, a estruturação física e
332 administrativa adequada para dar condições de trabalho aos nossos servidores e
333 a garantia de recursos financeiros, não só orçamentário, mas financeiros, para ser
334 coerente com as atribuições que estamos assumindo." A conselheira Alice Lorentz
335 de Faria Godinho manifestou preocupação com o sistema on-line para as pessoas
336 da zona rural que não têm vivência com a internet e informática. A presidente Maria
337 de Fátima Chagas Dias Coelho informou que serão necessárias ações de
338 comunicação e de apoio, citou que há, inclusive, uma meta do Pacto do Cidadão,

339 do governo do Estado, e parcerias com entidades, associações e sindicatos para
340 apoio ao produtor. A conselheira Alice Lorentz de Faria Godinho: “Quando se falou
341 em monitoramento de quantidade e qualidade de água, hoje nós estamos
342 atravessando alguns problemas sérios na nossa região, por exemplo, no Mucuri,
343 onde estamos enfrentando a maior seca dos últimos dez anos. Então vai ser feito
344 o monitoramento. Se for concluído que essa água é de má qualidade, o que será
345 feito? Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “A atribuição do
346 IGAM é acompanhar a qualidade. A identificação dos pontos e fontes de poluição
347 em razão de determinado parâmetro tem uma visão do que pode ser a fonte, mas
348 trabalhar nessa fonte tem muito a ver com a própria fiscalização, a denúncia e a
349 própria participação do próprio Comitê de Bacia, no sentido de nos ajudar. Porque
350 o IGAM tem um limite de atuação. Quando se conhece, se consegue atuar na
351 causa. O esgoto é com a prefeitura, então essa cobrança ao município nem que
352 seja para ajudá-lo a buscar recurso.” A conselheira Alice Lorentz de Faria Godinho
353 questionou se existem recursos disponíveis para a elaboração do plano diretor da
354 bacia do rio Mucuri. A presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho
355 esclareceu que os recursos são provenientes do Fhidro e que esse fundo tem
356 previsão de encerramento neste ano, podendo haver a necessidade de ser
357 prorrogado. Quanto ao processo eleitoral nos Comitês, a conselheira Alice Lorentz
358 de Faria Godinho questionou se o IGAM irá auxiliar. “Comitê sem possibilidade de
359 cobrança como vai fazer? E está previsto que será supervisionado pelo Estado?
360 Eu tenho a maior admiração pelo trabalho do GIAM e pelas pessoas que nos
361 atendem, até para negar as coisas, mas que negam de tal maneira que vamos para
362 cada de coração aliviado. A minha maior luta é exatamente pelo comparecimento
363 do IGAM, mais importante até do que o IEF e os demais órgãos. Água não é
364 problema só de Minas Gerais e do Brasil, mas um problema do mundo. Nós
365 sabemos disso, então a importância do IGAM, além da competência do pessoal e
366 da boa vontade de nos atender fazem com que o nosso coração se abra. Mas
367 estamos lutando e lutando, e com a sensação de que não estamos saindo do lugar
368 no município.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “A
369 cobrança não é o único instrumento de gestão, por isso até a gerência que
370 instituímos se chama de Instrumentos Econômicos. A lei dá outros instrumentos
371 econômicos que não foram regulamentados, como a compensação aos municípios,
372 o rateio de obras. Existem outras formas também que têm que ser buscadas para
373 essas regiões que não têm capacidade de pagamento. O que o Estado tentou fazer
374 nesse tempo foi destinar parte do Fhidro para os Comitês que não têm cobrança.
375 Agora se isso vai ficar para sempre e como vai ser, isso é uma resposta que temos
376 que dar. E nós temos esperança de que os outros instrumentos abram algumas
377 portas e que possamos definir outros instrumentos. Na questão ambiental, várias
378 coisas foram instituídas, como premiações, subsídios. É preciso estudar a região e
379 essas limitações de cada região do Estado para identificar outros instrumentos para
380 apoiar a região. O Plano Estadual de Recursos Hídricos deveria pegar questões
381 chave como essa, para trabalharmos essas questões.” A conselheira Alice Lorentz

382 de Faria Godinho reiterou a necessidade da presença frequente do IGAM nos
383 Comitês “até mesmo para esclarecer os pontos que são destacados nesta reunião.
384 É preciso que as pessoas que também têm entusiasmo e amem aquilo que fazem
385 possam se juntar para nos apoiar e nos orientar melhor.” **ENCERRAMENTO**. Não
386 havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente suplente Maria de Fátima
387 Chagas Dias Coelho declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

388
389 **APROVAÇÃO DA ATA**
390

391
392 **Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**
393 **Presidente suplente do Conselho de Administração**